

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA
ESTADUAL A COLÔNIA DE PESCADORES E
AQUICULTORES Z-45 – ANA BRAGA NO MUNICÍPIO
DE SANTA HELENA/PB.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida como de Utilidade Pública Estadual a Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-45 – Ana Braga, no município de Santa Helena/PB.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2023



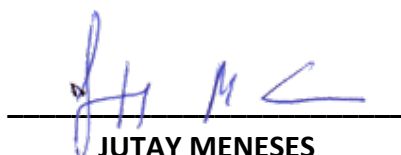
JUTAY MENESES
Deputado Estadual – Republicanos

Justificativa

Além de preencher todos os requisitos legais para o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, a Colônia de Pescadores Z-45 – Ana Braga tem um importante papel econômico e social para a região de Santa Helena. Além de gerar renda, presta apoio aos associados, realiza capacitação em direitos e deveres, legislação ambiental e demais temas relacionados. Também promove conscientização ambiental, fiscalização contra a pesca ilegal e predatória, incentiva o cooperativismo e a valorização das potencialidades regionais.

Por atender aos requisitos legais e pelo que foi aqui exposto, espero contar com o apoio de todos aprovando a presente proposição.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2023



JUTAY MENESES

Deputado Estadual – Republicanos

ÀS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZOVISSENTOS ²⁰ ÀS 10:00 HORAS, NA RUA MANOEL LOPES LACERDA, S/N, NESTA CIDADE PRESENTE O SR. JORGE CARLOS DE ALEVEDO, O SR. GERONIMO ADELINO DA SILVA, PRESIDENTE DA COL. Z 23.

DAR-SE A ELEIÇÃO E VOTAÇÃO, APÓS O TÉRMINO DAR-SE A POSSE, E HAPPA ÚNICA; EMPOBRO O PRESIDENTE E DE MAIS MEMBROS, A VOTAÇÃO INICIA ÀS OITO HORAS ÀS 16 HORAS. NADA MAIS A DECLARAR EU, MARIA LINDA LVA DE SOUSA, ENCERRAR ESTE TERMO E DAR-SE A INICIO A VOTAÇÃO.

CHAPA ÚNICA FORMADA

PRESIDENTE: JORGE CARLOS DE ALEVEDO

VICE-PRESIDENTE: EZEILDO SOARES DO NASCIMENTO

TESOUREIRO: Gabriel Domingos Santos

SECRETARIO: MARIA LINDA LVA DE SOUSA

VICE-tesoureiro: ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA

VICE-SECRETARIO: Maria dos Remedios Bezerra

CONSELHO FISCAL

1- FISCAL = DOUGLAS GOMES LISBOA

2- FISCAL = JOSEFANDIO GOMES DE LIMA

3- FISCAL = ANTONIO LOPES SOBRINHO

'SUPLENTE' SUPLENTE DE FISCAL

4- FISCAL = VALDICEIDE BARBOSA LISBOA

5- FISCAL = LEITE NETO FELIX DA SILVA

6- FISCAL = ADRIANA TARGINO DE SOUSA.

X

X Ci o o zai o d a s m u a CPF 085.908.444-2

cláudia Alves da Silva 055-067-624-45

202.744-44-24 0241723-24

202.744-44-24 038.351.224-79

Maria Lina de Almeida 134494492437

Gleildo Alves de Freitas 05.809.984-17

Tiago Guilherme Lopes 103.801.904-43

Maria Gorete Guilherm de Sousa 040885/24-48

Maria Aminda Comua 103.564.424-77

Maria Be ne do da Silva

Maria Aparecida S. Araújo

APR 11 1968
OFFICIAL USE PROHIBITED
OFF. USE, REG. 26-77

maximal. Das Maximum ist

+ Gabriela Dominguez Donato

Cristina Gonalves Dantas
 Joaquin Rodrigues de Araujo Filho
 Katia Regina Marques da Cruz

Helena Rodrigues de Sousa

Rosa Almeida Pereira

Josi Lino Araujo Filho

Mario Florelida Ferreira dos Santos

Ricardo Candido Ferreira

Josi Guilhem dos Santos

Antonio Nilson Lopes de Sousa

FRANCISCA NOEL DA SILVA

JOSE ALVES CESARIO

Licio Luiz da Silva

Silvestre William Batista da Silva

ANTONIO SERRAVALLO VASCONCELOS

Cidreia Gomes da Silva

Raimundo Raimundo Virmino da Silva

Edilene Alves da Silva

Mirele Dantas Pelegrini

Mario do Sacramento Merêncio da Silva

Francisca Almeida da Silva

Francisco Edmeire Gomes de Sousa

Jonas Teodoro de Sousa

Messias Almeida de Frazza

Antonio Carlos Arrais

Edleneia de Almeida Silva

JOAQUIM FRANCISCO PEREIRA

Francisca Pereira de Sousa

Mario Aurélio Correia de Araujo

Joacina Bergera Machado

Aminda Almeida da Silva

Jaquim Rodrigues Campos

José Laurentina Filho

09.318.585.0001-67
 CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
 R. Tabelião José Cândido Dantas, 65
 58.916-000 São J. do Rio do Preto-PB

Raimundo Almeida Vieira

COMPROMISSOS

Fernando Lúcio Lúcio Pinheiro

Dominga Cardade de Moura

ERISMA GEOMAR DI ALMEIDA

Silvânia Soares Vieira

Paulo José de Araújo

Mário Rosângela Paula Ferraz

Geliane Alves de Sousa.

Maria Raissa Lacerda Ferraz

JOÃO BALISTO SAM FERREIRA

FRANCISCA BEZERRA DOS SANTOS SILVA

Jessica Lima Izidoro

José Gildasio de Menezes Holanda

INOPRA FERRAZ DE ALMEIDA

PEDRO CONTINHA ALTO

Francisca Adriano Romalho do Carmo.

José Gilvan do Siqueira

Maria Eliquixandria da Silva Monteiro

Monie das Neves Pereira de Sousa

JOÃO CARLOS DA SILVA

JOÃO LEONARDO DE ALMEIDA

GERALDO DE OLIVEIRA SILVA

José Marcos da Cruz

Edna Pereira Santa

FRANCISCA DE ASSIS LIMA

Maria dos Santos Saraiva de Almeida

Alcides da Silva Neto

Claudia do Nascimento Gonçalves

JOSE EVILIS FARIAS ALVES

FRANCISCO SÉRGIO DE ALMEIDA

JOSE BRUNO DE SAUS

FRANCINEIDE PEREIRA ALVES DUARTE

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tereza José Cândido Dantas, 69
Lapa, Rio de Janeiro, RJ

Maria Pereira da Cruz

Maria Eliane Pereira Dantas

2053 120 2081

Gláucia Gomes Castro

Elizângela Araújo da Silva

Francisco da Silva

Douglas Alves Gomes

Francisca Pereira Lima

Raimunda Cleane de Jesus Neto

Mariquodécio Gomes Martins

Elizângela

Fernando Ferreira Novaes

Gláucia Alves Gonçalves

Antônio Carvalho Casilva

José Carlos Ferreira

Francisca Natalia da Silva Moura

Patrícia Cândida de Moura

Letícia Santos de Brito

Kelliane Jacara de Araújo

Daniela Dantas Vitorino

Antônia Rosa de Araújo

Maria Elza Maria da Silva

Machado Ferreira Gonçalves

Kaleine Lopes Ferreira

José Lucas Gomes dos Santos

Elizângela Soares do Nascimento

Letícia Queiroz Martins

JOSE FILIPE FERREIRA

Elizângela Soares do Nascimento

Ana Lúcia Alves dos Santos

Francisca Caboclo Bezerra

EDUARDO SILVA

José Henriques da Silva

Henrique Silva da Silva

22
Ana D. Maria de Brito
OFICIAL DE PROTESTO
CNPJ 08.728.884-72

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tabelião José Cândido Dantas, 65
58.910-000 São João del-Rei-PB

Ans D. Múgica de Brito
OFICIAL DE REGISTRO
OF. 001.000.000-72

Lucas Alves Felix
maria Aparecida Carlos Fereira
Vicente Gomes de Lima
Edoardo Torres de Sales
JOSE ALBERTO Felix dos Reis
Rafaela Pereira de Lima
Jorge Alves da Silva
Rivamildo Gonçalves Barzigueira
Jose Romario Vasconcelos da Silva
Nelson Gomes Dantas
Rafael Barbosa de Sousa
Landro Garayza de Almeida
João Paulo de Souza
Rivamildo Gonçalves Barzigueira
Antonio Gomes de Lima
Jorge Antonio Gomes de Lima
Orlando Teixeira da Silva
Francisco Teixeira Dantas
Jorge Candido Duarte
Eveline Farias Alves
Pldar o Rmtiladas S
Rainmundo Correia Neto
Antonio Rocha de Lima
Helzuite Vieira de Moraes
Jose Rammyrezi Santos Pinheiro
Eliário Soares Saturnino
ANTONIO VILDA DA LUZ
SÃO FERNANDO
DANIELA ALVES DE LIMA
Base Autor das TAs.
Francisca Cruzeliane da Silva
Jessica Alves Felix
Maria dos Remedios Bezerra

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tabelião José Cândido Dantas, 69
56.910-000 São J. do Rio do Peixe-PB

23
 Ana D. M. de S. P.
 OFICIAL DO PROTESTO
 CPF: 018.788.724-72

Maria Jurema de Sousa
 Antonia Lima de Oliveira
 Isaias Roberto Norato

VAUARIPO ROBERTO DE SAUSA
 LUCIANO ABREU BRAGA

Francisco de Souza de Lima

FRANCO FELICIANO DE SAUS

Ranielly Graziano da Silva

Jociliana Duarte Parnaíba

Eliezer Abreu Duraz

dos Melitos querissimo pombo

Benival Antonio Rosas de Oliveira

AZUO ZIO MARCIA DE BRITO

Francisca Carmine de Lima

FRANCO SAUS

Gerolamo Goncalves Leite

Ted Ferreira Borges

Hiraldio Bezerra de Oliveira

Joana Paula Goncalves de Moura

Frederico Oliveira de Sousa Viana

Edison Ferraz de Souza

Francisco das Chagas Pereira

Soão Manoel dos Santos

Sebastião Norato de Silva

Elasiana Pereira da Silva

Mania Elizabeth Belo Monteiro

Elizgia Pereira Santos

Keila Patricia Ferreira Braga

ELANE BATISTA DANTAS

Rozinete Jerônimo Dias

Walter dos Santos

Maria Marilene Gomes

Maria Barreira dos Santos

Raimunda Cristina de S. Lima

09.318.585/0001-67
 CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
 R. Tabelião José Cândido Dantas, 69
 58.910-000 São J. do Rio do Peixe-PB

Marcia viçosa de santana
maria Alciene Tavares.

Tharcizio Pereira da Silva

Maria Elivanir Lucas de Souza

João Luiz de Souza

João Carlos da Silva

Beatriz Moreira da Silva

Gerolinda Maria Leite

Esmeralda Pereira da Silva

Maria Silva Leite

João Francisco Teixeira

Luiz Eduardo da Silva

João Alexandre da Silva

Márcia Antônia da Costa

Antônio Raimundo da Silva

Gerolinda Braz Bezerra

Speilley Genonimo Bezerra

Raizlan Braz Bezerra

Thiago Junior Pereira

Marcelo Luiz

Maria Cristina Barros Laurence.

Keliane Carmo Almeida

Elizângela Pereira dos Santos

Maria Aparecida Pereira

Isela Maria dos Santos Silva

Diogenes do Nascimento Oliveira

Márcia Lidiane do Nascimento Oliveira

André de Souza Monteiro

Alexandre Viçosa de Souza

Raizane Gomes Lages

Raimundo Nonato Filho

Francisca Batista de Santana

Maria Luíza de Dantas

Nilva Lima Barros Estrela

Ana Lúcia Gonçalves Santos
Márcia Azeite Dória Ferreira
Juzariza Rosalvo dos Santos
José Tenca L. Sousa

Francisco José Cardoso da Silva

Maria de Fátima Cardoso

Quênia Pereira Santos

Rosângela Lopes de Souza

João Neto Monteiro

Francisquito José Monteiro

Motilde de Sousa Gomes

Subsândio Gomes Leite

Antônia Gomes Senti

Emanuel Amâncio dos Santos

Alaide Geralda Ferreira

Bruna Apolinário Ferreira dos Santos

Francisca Regina Cardoso

Beatriz Ferreira Apolinário

Leoneide Felício

Glauceine Ferreira da Silva

Josebina do Nascimento Oliveira

Helena do Nascimento Oliveira

Germano Oliveira da Silva

Michelli Lima Campos

Hilda Moraes de Oliveira

Glória Brasil do Nascimento

Rosa Helena D. Aguiar

Lúcia Gonçalves da Silva

Antônia Gonçalves Fortunato

Erivan Gonçalves de Lima

Cicera Cleide Rosendo

Francilene Leite de Sousa

Joana Montiro Guedes

Francilene Jacira de Sousa

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tabelião José Cândido Dantas, 65
58.910-000 - São José do Rio Preto - PB

maíra Reinaldo de Abianter
Adriana do N. Lisboa Pacheco

Am D. José de Brito
OFICIAL REGISTRADO
OFF - São Paulo 254-72

Maria Cristina de Sousa

Gerlânia Vieira da Silva

Alexandre Rosa da Conceição

Deleziene Tardelino da Silva

Maria Aparecida de Souza

Maria Aparecida da Silva Nunes

Maria dos Nives Monteiro

Francisco Evangelista Braga

Gizélia Maria da Silva

Isabel montemartins

Roberto Figueira Braga

Jose Evangelista Braga

Bonfim Enid de Oliveira

Roberto Ferreira Lúcio

Iranilda Pereira da Silva

Amelício Honorato da Silva

Vanessa Pereira da Silva

Jose Claudemir Soares

Geralt Maria Moreira Monteiro

Gizele Moreira Monteiro

Vicente Damasceno Sobrinho

Jose Barbosa Monteiro

Jessica Maria de Souza

Melita Gonçalves Holanda

Rosemary Lima do Nascimento

Francisco Batista da Santana

Aldir Gonçalves de Souza Evangelista

Gildeneilson Pereira Bezerra

Fabiano Araújo de Andrade

Francisco Adilson Pereira da Silva

Renata Pereira da Silva

Santana Gomes da Silva

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tabellão José Candido Dantas, 65
[SA 910-000 São J. do Rio do Preto-PA]

Josefa Gomes da Silva
Joaquim Helander Monteiro

Raimundo F. E. F. F.
Jose Brandes E. E. E. E.

Heleneide de Oliveira Alves

Rosa Maria Martins

Giulio Ferreira da Silva

ANTONIO ALVARO DANTAS

Jose Vicente Filho

Francisco Jose Monteiro

Francisco Diassis R. de Farias

Olivia Roberta de Farias

Daniel Marcos de Farias

ANTONIO S. F. F. F.

Elidelma N. Santos

Maria do Socorro de Lima Machado

Josefa Helander

Josefa Helander

Maria de Fatima Gomes Leite

Jose Filha da Silva

Eicera Moura da Conceição

Jenilde Batista Rios Abrantes

Antonio Goncalves Leite

Edivan Lopes de Sousa

Zelia Evangelista Ferrreira da Sousa

Jose Goncalves de Sousa Filho

Maria Luis Ramalho da Silva

Esperida Luiz Ramalho

Maira Luiz da Silva

Marlene cobodo Bezerra

Francisca Leite Bezerra

Dominio Rolim de Farias

Domingos Salvo Ferreira

Celma BHAZ Bezerra Pereira

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tabelião José Cândido Dantas, 65
58.910-000 São J. do Rio do Peixe-PB

Francimar Silvino Alves.

Luiza Bezerra Dantas dos Santos

José Edgildo Oliveira da Silva

Gilberlandia dos Santos da Silva

Francisco Severino Gonçalves

Epelito Gomes do Nascimento

Jorge Carlos de Azevedo

As 16:00 horas do corrente mês encerra os eleições com 360 associados votou a favor da chapa única dando 214 votos para defender e zelar pelos bens da Colônia de Pescadores 245. Por mais 4 anos, na administração da mesma denominada Colônia de Pescadores e Adviantores 245 de Santa Helena. Paraíba "Ana Braga" 1ªm. Memória.

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
RUA TABELIÃO JOSÉ CÂNDIDO DANTAS, 65-CENTRO

Reconheço (POR AUTENTICIDADE) a firma de: JORGE CARLOS DE AZEVEDO e MARIA LINDALVA DE SOUSA, EM TEST. DA VERDADE, DOU FE. SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB, 24/07/2019

ANA DANTAS MUNIZ DE BRITO
Selo Digital de fiscalização Tipo Normal B-AIS14631-YPXC
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
R. Tabelião José Cândido Dantas, 65
58.910-000 São J. do Rio do Peixe-PB

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

REGISTRO DE PROTESTO, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA

Registro nº 1992 Livro 04 Fls 592

Protocolo nº 1940 Fls 249

Indicador Pessoal nº 1955 Fls 731

SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB Em 24/07/2019

ANA D. MUNIZ DE BRITO

MEIUNRE DE PROTESTO - CPF: 818.769.584-72

09.318.585/0001-67
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

R. Tabelião José Cândido Dantas, 65

58.910-000 São J. do Rio do Peixe-PB

COLÔNIA DE PESCADORES E
AQUICULTORES DE SANTA HELENA Z-45

“ANA BRAGA”

ESTATUTO SOCIAL

SANTA HELENA - PARAÍBA

Ana Braga
Tribunal do Protesto e Titular

Estatuto aprovado em Assembléia Geral Extraordinária convocada exclusivamente para este fim, em conformidade com o artigo 8º da CF/88, e com as Lei nº 11.699, de 13.06.2008, e Lei nº 10.406, de 10.01.2002 (novo Código Civil)

Ana Dantas Muniz de Brito
SECRETARIA DO PROTESTO E TITUL

CAPÍTULO I

Título I

Da denominação e finalidade

Art. 1º A colônia de Pescadores e Aquicultores de Santa Helena Z-45 “Ana Braga ” é órgão representativo de classe dos trabalhadores do setor artesanal, com forma e natureza jurídica própria, com fins não econômicos, formada pela união de pessoas naturais que fazem da pesca o seu principal meio de sustento.

§ 1º - Não obstante seja uma instituição sem fins lucrativos, a colônia deverá manter, sempre que possível, saldo em caixa para cobrir eventuais e inesperadas despesas;

§ 2º - Para consecução do objetivo descrito no parágrafo primeiro deste artigo, é lícito a administração da colônia efetuar, na forma do presente estatuto e no Regimento Interno, aplicação no mercado financeiro.

Art. 2º À Colônia de Pescadores e Aquicultores de Santa Helena Z-45 “Ana Braga ” cabe a defesa dos direitos e interesses da categoria, judicial e administrativamente, além das seguintes atribuições:

- I-** Promover entre os associados, nos termos da legislação vigente, organização de sociedades e cooperativas de produção ou de consumo;
- II-** Manter estreito e harmônico relacionamento com órgãos e entidades, objetivando cumprimento de normas e a implementação de políticas relacionadas com o interesse público e, em especial, com os direitos e interesses dos seus associados;
- III-** Receber subvenções dos órgãos públicos e/ou de pessoas naturais ou jurídicas privadas, e emprega-las nos termos do regimento interno;
- IV-** Destinar o percentual de sua arrecadação ao custeio das entidades de classe superior, quando a associação entre a colônia e tais órgãos for de índole formal, que se dará após prévia aprovação em assembléia;

109 H
Tina Dantas Munk de Brito
T-AL DO PROTESTO E TIT-AL

- III-** Beneméritos, que são quaisquer cidadãos que forem com tal título agraciados em assembléia geral da associação, por ter tido atitude ou prestado serviço de natureza relevante à classe. Não implicando tal reconhecimento em outorga de direitos, vantagens e deveres inerentes à categoria de sócios efetivos.

Parágrafo Único – A qualidade de associado, a seus direitos e obrigações dela decorrente, é intransferível.

Art. 7º Compete a diretoria de colônia aprovar as inscrições dos sócios efetivos e cooperados, nos termos do presente estatuto.

§ 1º - Nos termos do Art.6º, é facultada a admissão ao quadro social da colônia de pessoas que não fazem da pesca o seu principal meio de vida, as quais serão congregadas em categorias distintas daquelas pessoas mencionadas no *caput* deste Art.

§ 2º - Não há entre os associados, qualquer que seja a categoria, direitos e obrigações recíprocos.

Títulos II

Dos direitos e deveres

Art. 8º São direitos dos sócios efetivos:

- I-** Usufruir de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídos pelas normas vigentes aos pecadores profissionais;
- II-** Participar de todas as assembléias, propondo, discutindo, votando e sendo votado, se for o caso;
- III-** Representar junto ao conselho fiscal e aos órgãos governamentais pertinentes, se for o caso, contra atos da diretoria que caracterizem grave violação às disposições deste estatuto bem como á ordem pública;

§ 1º - Os direitos dos associados mencionados no inciso I e II deste artigo são intransferíveis e indelegáveis, salvo nos casos dos previstos no inciso I, quando autorizado por lei.

§ 2º - Os direitos previstos no inciso I e II deste artigo só poderão ser efetivamente usufruídos pelos associados em dia com suas obrigações sociais, conforme previsto no Art. 9º.

05/10
Ana Carolina M. de Brito
Secretaria do PROTESTO E TITUL

§ 3º - O associado inadimplente perderá o seu direito de voto, ser votado e de participar das reuniões.

§ 4º - O associado inadimplente não será disposto ao ridículo em virtude de tal condição. Entendendo tal exposição na vedação da prática de qualquer ato por parte da diretoria da colônia que importe em publicidade ao débito eventualmente apurado em seu nome.

Art. 9º São deveres dos associados:

- I- Cumprir e zelar pelo cumprimento das disposições deste estatuto;
- II- Pagar regularmente as taxas e contribuições devidas à colônia;
- III- Recolher taxa sobre o produto comercializado, cujo percentual e destinação serão fixados no regulamento interno;
- IV- Comparecer regularmente à colônia, participando, quando possível, de todos os movimentos e mobilização e interesses da classe;
- V- Manter sempre atualizada a sua documentação e apresentar a carteira de matrícula ou documento que lhe venha a equivaler e o recibo de quitação de mensalidade;
- VI- Comparecer à colônia, quando convocado;

Título III

Das penalidades

Art. 10º A não observância das obrigações sociais por parte dos associados poderá acarretar -lê as seguintes penalidades:

- I- Suspensão dos seus direitos sociais por um período de 90 (noventa) dias, quando este deixar de comparecer a 03 (três) reuniões sucessivas, sem justo motivo;
- II- Cancelamento da sua inscrição quando verificada uma das hipóteses a seguir relacionadas:
 - a) Deixar de exercer a profissão por mais de 02 (dois) anos sem motivo justificado;

- b) O não pagamento de sua mensalidade por um período de 03 (três) meses;
- c) O não comparecimento até 10 (dez) dias quando convocado;

III - Exclusão que se dará quando verificada a ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) Dilapida o patrimônio da colônia;
- b) For condenado a pena de reclusão por período superior a 02 (dois) anos;

§ 1º - As penalidades previstas no inciso I e III, alínea a, deste artigo pressupõe a convocação de assembléia geral especificamente para tal fim, na qual, havendo fortes e suficientes indícios, será deliberado pela instauração do procedimento administrativo para apuração dos fatos, cujo rito e prazos estão previstos em regimento interno;

§ 2º - As penalidades previstas no inciso II e VI será aplicada automaticamente, em razão do decurso do tempo, sendo devida por parte da colônia a comunicação, por escrito, ao associado da incidência da penalidade e do motivo que a originou.

§ 3º - O associado excluído só poderá ser readmitido no quadro social da colônia por deliberação da assembléia geral, se este não for reincidente relativamente a tal infração ou não estiver cumprindo pena de reclusão;

§ 4º - A readmissão do associado quando o afastamento tenha ocorrido em razão da hipótese prevista na alínea b do inciso II, não poderá ocorrer enquanto este não efetuar o recolhimento total devido à colônia ficando expressamente, o perdão da dívida apurada.

§ 5º - Não será permitida readmissão nos casos em que o afastamento se deu em decorrência da previsão contida na alínea a do inciso III enquanto o ex-sócio não indenizar os prejuízos que ele deu causa.

CAPÍTULO III

Do patrimônio e da receita

Título I

Patrimônio

Art. 11º Constituem patrimônio da colônia:

- I- Os bens móveis e imóveis adquiridos ou regularmente a ela doados;
- II- O acervo das contribuições, doações, taxas cobradas, rendimentos dos seus investimentos, subvenções dos órgãos públicos.

Art. 12º Os bens móveis e imóveis da colônia não poderão ser alienados ou onerados sem a aprovação da assembleia geral.

§ 1º - Os bens móveis e imóveis da colônia serão arrolados em inventários, em livro próprio atualizado a cada passagem de diretoria.

§ 2º - É permitida a alienação de bens móveis a título de doação tão somente para pessoa jurídica pública ou privada sem fins lucrativos, desde que não sejam mais úteis à colônia.

§ 3º - Fica expressamente proibida a alienação a título gratuito de bens móveis ou imóveis para pessoas naturais.

§ 4º - O valor decorrente da avaliação do bem – objeto da alienação será submetido à apreciação da assembleia geral, após a elaboração de parecer do conselho fiscal.

§ 5º - O procedimento de avaliação de que trata o parágrafo quarto deste Art. está definido no Regime Interno.

Título II

Receita

Art. 13º A colônia terá como fonte principal de recurso:

- I- Os valores decorrentes das mensalidades de seus associados;
- II- Os percentuais instituídos sobre a comercialização de produtos ou serviços quando a colônia tiver participação direta ou indireta em tais eventos, seja fornecendo mão-de-obra ou equipamentos ou quando forem utilizadas suas dependências para tal fim;
- III- As subvenções oriundas do poder público;
- IV- As doações feitas por seus associados ou por particulares;

trm Dantia Munda de Bello
PROTESTO F. TITM

V- Aos juros decorrente de aplicação no mercado, nos termos do Art. I, § 2º deste estatuto;

VI- Os valores decorrente de alienação de bens móveis, observando o disposto no Art. 12º deste estatuto;

§ 1º - Os associados recolherão em favor da colônia a título de mensalidade o valo equivalente a, no mínimo 1% (um por cento) do salário mínimo vigente aplicável na área de atuação da colônia.

§ 2º - O associado que eventualmente, por liberalidade, recolher à colônia valor superior ao devido em razão da mensalidade devida, desde que tenha sido efetuado por engano, será computado a título de doação;

§ 3º - Os percentuais que se referem a alínea b está previsto no regimento interno da colônia.

§ 4º - A captação de recursos, sua fixação e destinação serão determinados em assembléia geral.

CAPÍTULO IV

Da Assembléia Geral

Art. 13º São órgãos de deliberação, administração e fiscalização:

- I- Assembléia geral, órgão deliberativo;
- II- Diretoria, órgão executivo;
- III- Conselho fiscal, órgão fiscalizador.

Título I

Da Assembléia Geral

Art. 14º A Assembléia Geral é o órgão soberano da colônia, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos referentes à associação, eleição e posse de diretores, nos termos deste estatuto e da legislação em vigor.

Art. 15º Compete privativamente a assembléia geral:

- I- Eleger os membros da diretoria e do conselho fiscal;

1096
Ira Diana Muniz de Brito
Tribunal do Protesto Eritreu

- II- Destituir os membros da diretoria e conselho fiscal;
- III- Aprovar ou reprovar as contas da diretoria;
- IV- Alterar o estatuto;
- V- Aplicar punições aos associados;
- VI- Deliberar a respeito dos benefícios a serem distribuídos e decidir sobre o patrimônio, seus gravames e alienação;
- VII- Deliberar sobre a concessão do título de sócio-benemérito.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem as alíneas b e d é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia convocada especificamente para esse fim, não podendo ela delibera, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 16º As assembléias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão normalmente convocadas pelo presidente da colônia.

§ 1º - As convocações serão feitas sempre por edital, o qual será afixado na sede da colônia e nos locais de concentração dos associados, e em outros meios de divulgação, quando possível. Tudo visando dar a mais ampla publicidade à assembléia a ser realizada.

§ 2º - Os editais de convocação deverão especificar a ordem do dia da assembléia, incluindo-se na mesma, obrigatoriamente, o item e assuntos gerais.

§ 3º - As assembléias convocadas para fins de eleição tratarão tão-somente de assuntos referentes ao motivo da convocação.

§ 4º - A assembléia geral extraordinária será também convocada quando ocorrer solicitação escrita, assinada por um mínimo de 20% (vinte por cento) dos associados e dirigida ao Presidente da colônia.

§ 5º - Decorridos 15 (quinze) dias sem o pronunciamento do presidente da colônia acerca do pedido de convocação de assembléia, os associados requerentes, no gozo de seus direitos sociais, poderão convocá-la, observadas as disposições contidas nos Art. 14, 15, 16 do presente estatuto.

§ 6º - A assembléia realizada nos termos do parágrafo quinto será presidida por Nacional dos Pescadores, desde que aprovada pela maioria dos presentes.

Art. 17º As assembleias gerais deliberarão validamente:

- I-** Em primeira convocação, feita com 10 (dez) dias de antecedência, presente, pelo menos, a metade dos associados inscritos e no gozo de seus direitos sociais;
- II-** Em segunda convocação, uma vez verificada a falta de quorum, uma hora após, com qualquer número, observadas as disposições contidas no parágrafo único do Art. 15.

Art. 18º No caso da convocação de assembleia para prestação de contas, a diretoria colocará à disposição dos associados, na sede da colônia, 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia, cópias do balanço e da prestação de contas acompanhadas do parecer do conselho fiscal.

Art. 19º Salvo as disposições expressas em contrário, a aprovação das deliberações se dará por maioria simples de novo, sendo conferido a cada associado direito a um único voto.

Art. 20º O procedimento de votação para a escolha de novos diretores será conduzido por uma comissão eleitoral, cujos os membros serão indicados pelo presidente da colônia, que submeterá os nomes à apreciação da assembleia geral.

§ 1º - Os membros da comissão eleitoral serão escolhidos, preferencialmente, entre os componentes da classe pesqueira, associados ou não da colônia, ou dentre cidadãos ocupante de cargo público efetivo, todos de reconhecida idoneidade.

Art. 21º Nas votações para aplicação de punições a associados, os sócios diretamente envolvidos no caso sob exame não terão direito a voto, podendo, entretanto, participar ativamente dos debates.

Art. 22º Nas eleições para escolha de novos diretores, o associado que conte com menos de 90 (noventa) dias de associação não poderá participar do pleito na condição de candidato.

§ 1º - Por provocação da parte interessada, entendendo esta como qualquer sócio no pleno exercício dos seus direitos sociais, poderá a comissão eleitoral vetar o direito de voto do sócio que se enquadre na situação do parágrafo anterior, desde que fique comprovado ou que ao menos haja fortes indícios de que este associou-se tão-somente para beneficiar determinado candidato.

Art. 23º A assembléia geral para apreciação das contas da diretoria será realizada anualmente, no primeiro semestre do ano subsequente.

Título II

Da Diretoria

Art. 24º A diretoria será composta de:

- I-** Presidente;
- II-** Secretário e dois suplentes;
- III-** Tesoureiro e dois suplentes.

§ 1º - O presidente será substituído nos seus impedimentos pelo Secretário. No caso dos impedimentos e/ou afastamento do secretário ou tesoureiro, estes serão substituídos pelos seus suplentes, obedecida a ordem seqüencial crescente.

§ 2º - Nos afastamentos por um período superior a 15 (quinze) dias, o Secretário assumirá automaticamente as funções do Presidente.

§ 3º - Nos casos em que o afastamento se der por período superior a 90 (noventa) dias, haverá a necessidade de formalizar o ato por meio de convocação de assembléia.

Art. 25º Os diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração em razão da ocupação dos respectivos cargos ou em razão do desempenho de suas funções.

§ 1º - Não obstante a disposição do *caput* deste artigo, o Regimento Interno disciplinará os casos em que poderá haver previsão pagamento à diretoria de verba de natureza indenizatória, que retribuirá ao destinatário valores em espécie por eles desembolsados ou tenham destinado espaço de tempo razoável na defesa de interesses da categoria, desde que o tempo despendido tenha comprometido o seu sustento.

Art. 26º À diretoria compete:

- I-** Convocar as assembléias sejam ordinárias ou extraordinárias, nos termos deste estatuto;

- II- Elaborar o Regimento Interno e submetê-lo à aprovação da assembléia geral;
- III- Organizar o programa anual de trabalho da colônia;
- IV- Cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno, bem como das deliberações das assembléias;
- V- Respeitar junto às entidades, órgãos públicos ou privados na defesa dos interesses da classe.
- VI- Manter convênios com estes públicos ou privados bem como firmar financiamentos junto às instituições de igual natureza, sempre visando os interesses da classe.
- VII- Admitir e demitir os empregados da colônia, no termos do Regimento Interno, com observância às normas aplicáveis ao(s) contrato(s) eventualmente firmado(s).
- VIII- Traçar normas para aplicação do fundo de benefício;
- IX- Promover ou participar da promoção das festividades alusivas às datas comemorativas ligadas à classe pesqueira;
- X- Praticar todos os atos necessários à regular gestão da colônia, nos limites do presente Estatuto.

Art. 27º Ao Diretor-presidente compete:

- I- Representar a colônia em juízo ou fora dele;
- II- Convocar as assembléias sejam ordinárias ou extraordinárias, nos termos deste Estatuto;
- III- Supervisionar a execução dos serviços da colônia ou executá-los pessoalmente, se for o caso, bem como praticar todos os atos necessários à regular gestão dos negócios da colônia, nos limites do deste Estatuto;
- IV- Autorizar despesas, abrir e movimentar contas bancárias, emitir cheques, abrir o movimentar conta depósito, receber e passar recibos, solicitar saldos e extratos, requisitar talonário de cheques, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, efetuar transferências, pagamentos, sustar, contra-ordenar cheques, cancelar cheques, cadastrar, alterar e desbloquear, efetuar saques em conta corrente, efetuar pagamentos, efetuar transferências, liberar arquivos de pagamentos, emitir comprovantes e encerrar conta de depósito juntamente com o tesoureiro.

§ 1º - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão escolhidos para um mandato de 04 (quatro) anos;

§ 2º - Os membros poderão ser reeleitos tantas vezes quanto os associados os escolherem, desde que obedecidos os ditames do Estado democrático de direito.

Art. 31º No caso de expiração do prazo do mandato da diretoria sem a convocação de novas eleições, qualquer associado poderá provocar o Conselho Fiscal para convocação de novas eleições, cujo procedimento está definido no Regimento Interno da colônia.

Art. 32º A não convocação da eleição por parte do Conselho Fiscal concederá aos associados em dia com suas obrigações sociais fazê-lo, obedecido o quorum fixado no parágrafo quarto do Art. 16º.

Art. 33º Poderão participar das eleições na condição de candidato todos os sócios efetivos na plenitude do gozo dos seus direitos sociais.

Parágrafo Único - Não poderá concorrer às eleições para escolha da Diretoria e Conselho Fiscal associados que tenha sido condenado, em primeira instância, por prática de improbidade administrativa, enquanto perdoar os efeitos judiciais da condenação imposta.

Art. 34º A posse dos diretores eleitos dar-se-á em 30 (trinta) dias após a realização da eleição, em assembléia convocada exclusivamente para tal fim.

Título III

Do Conselho Fiscal

Art. 35º O Conselho Fiscal é órgão colegiado, autônomo e independente, ou seja, não subordinado à diretoria, e tem por função principal fiscalizar a correta aplicação dos recursos materiais por parte da diretoria.

§ 1º - A fiscalização a referida no *caput* deste artigo não se limita ao momento da apreciação da prestação de contas, mas deve ser efetuada continuamente, devendo ser solicitado à diretoria, se for o caso, esclarecimento e apresentação de documentos para viabilizar a função fiscalizadora do órgão.

Handwritten signature and stamp:
Ela Diana Maria de Brito
Secretaria do PROTESTO FISCAL

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal, no exercício da função fiscalizadora do órgão, não serão remunerados.

Art. 36º O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e dois suplentes, cada um, os quais substituirão os titulares em seus impedimentos ou afastamento, obedecida a ordem sequencial crescente.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal deverá ser presidido pelo membro que conte com mais tempo de associado, ou, mediante acordo entre estes, ao pelo que os demais julgue ser mais qualificado para assumir a presidência, ouvido, neste caso, os suplentes, cuja decisão deverá constar em ata, a qual deverá ser encaminhada uma via à diretoria, para ciência.

Art. 37º Os membros do Conselho Fiscal se reunirão tantas vezes entender necessário, podendo solicitar à diretoria da colônia a apresentação de balancetes, livro caixa ou qualquer documento ou informação necessários ao regular desempenho da sua função fiscalizadora.

Parágrafo Único - O procedimento de atuação do Conselho Fiscal está disciplinado no Regimento Interno da colônia.

Art. 38º Em razão da ocorrência de motivo de extrema gravidade, o Conselho Fiscal convocará extraordinariamente a assembléia geral, a ela submetendo o assunto que houve dado causa à convocação.

Art. 39º O membro do Conselho Fiscal que no desempenho de suas funções fiscalizadoras agir com desvio de finalidade, causando dano à imagem de qualquer membro da diretoria, será responsabilizado na forma deste Estatuto e da lei civil em vigor, podendo, inclusive, ser-lhe aplicada a punição de suspensão ou, em razão da gravidade do dano, de exclusão do quadro associativo da colônia.

CAPÍTULO V

Das disposições gerais

Art. 40º Os empregados da colônia serão contratados em observância à legislação trabalhista em vigor ao tempo da contratação.

Art. 41º No caso de afastamento da totalidade dos membros da diretoria por atos de improbidade, assumirá, por um período não superior a 90 (noventa) dias uma junta

Junta Dantas Muniz de Dantas
Junta do Protesto e Titulo

interina provisória, a qual, além de exercer todas as atribuições da diretoria, nos termos deste Estatuto, conduzirá o processo de sindicância para apuração dos fatos motivadores da intervenção e sua autoria, cujo relatório final será submetido à assembléia geral, para aplicação das respectivas penalidades, na medida da culpabilidade cada membro, observado-se, em todas as fases do processo, a ampla defesa e o contraditório, sob pena de nulidade.

§ 1º - Os membros da Junta Interventiva mencionada no *caput* deste artigo serão escolhidos entre os associados efetivos presente na assembléia que deliberar pelo afastamento da diretoria.

§ 2º - Por deliberação da maioria dos presentes, a Junta Interventiva poderá ser composta parcial ou totalmente por membros da diretoria da Federação ou da Confederação Nacional de Pescadores, desde de que tais diretores estejam investidos legitimamente em tais cargos, entendendo-se tal legitimidade como sendo tais diretores pessoas que fazem da pesca o seu principal meio de vida.

Art. 42º Em hipótese alguma será admitida a intervenção das entidades de classe superior representativa dos pescadores, Federação ou Confederação, na administração da colônia, sem a prévia provocação dos associados interessados, mediante aprovação em assembléia.

Art. 43º Os casos omissos, não tratados neste Estatuto, serão objetos de deliberação em assembléia geral, a qual poderá contar com a participação, a título de cooperação e assessoramento, de diretores das entidades de classe superior.

Santa Helena – PB, 25 de Novembro de 2009

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: José Pereira da Silva Filho

Secretário: Douglas Elias Gomes

Iº Suplente: Leandro Vitor Tavares

IIº Suplente: Leandro do Nascimento

Tesoureiro: Marcelo Carlos Ferreira

Iº Suplente: Antonio Gomes de Lima

IIº Suplente: Valdemir Cabôco Bezerra

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço por ☐ semelhança ☐ aut.
At(s) (time(s))
Em Teste: ()

COSELHO FISCAL:

Iº Fiscal: Gronçscico Nonoto

IIº Fiscal: x Jazelandio Gomes de Lima

IIIº Fiscal: x Deyan Pereira de Alencar

SUPLENTE:

Iº Suplente: Jose Alberto Felix da Silva

IIº Suplente: Antonio Lopes Sobrinho



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
11.398.900/0001-55
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
08/12/2009

NOME EMPRESARIAL
COLONIA DE PESCADORES E AQUICULTORES DE SANTA HELENA Z-45 (ANA BRAGA)

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
Z -45 ANA BRAGA

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
SIT SITIO BOM LUGAR

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

CEP
58.925-000

BAIRRO/DISTRITO
ZONA RURAL

MUNICÍPIO
SANTA HELENA

UF
PB

ENDEREÇO ELETRÔNICO
josepereirash@hotmail.com

TELEFONE
(83) 9973-4641/ (83) 9903-7861

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
08/12/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/08/2023** às **16:20:34** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**